

Programa de Resiliência da Infraestrutura Urbana

Brasil – Chamada de propostas restrita 2026



1. Contexto

1.1 Sobre a CDRI

A Coalizão para Infraestrutura Resiliente a Desastres (CDRI) é uma parceria global entre governos nacionais, agências da ONU, bancos multilaterais de desenvolvimento, instituições financeiras, setor privado e instituições acadêmicas e de conhecimento, que visa promover a resiliência dos sistemas de infraestrutura aos riscos climáticos e de desastres, garantindo assim o desenvolvimento sustentável. O Fundo Acelerador de Resiliência de Infraestrutura (IRAF) é o Fundo Fiduciário Multiparticipativo da CDRI, criado com o apoio das Nações Unidas para implementar a visão e o plano de trabalho estratégico da Coalizão.

1.2 Sobre o Programa de Resiliência da Infraestrutura Urbana (UIRP)

O Programa de Resiliência da Infraestrutura Urbana (UIRP) do CDRI tem como objetivo melhorar a qualidade de vida urbana por meio da promoção do planejamento de infraestrutura resiliente e da implementação de processos de tomada de decisão baseados em dados para gerenciar choques e pressões urbanas. O programa apoia os países membros da Coalizão na integração da resiliência climática e a desastres no planejamento, operação e manutenção da infraestrutura, aumentando os investimentos e garantindo um desenvolvimento urbano sustentável e resiliente.

Desde o lançamento da Estratégia Urbana em 2023 na COP28, o CDRI vem apoiando cidades em todos os países membros por meio de iniciativas como subsídios de assistência técnica por meio de Chamadas de Propostas (CfPs), Comunidades de Prática e o desenvolvimento de diretrizes e módulos de treinamento para lidar com desafios relacionados ao calor extremo e à água.

Em alinhamento com a Estratégia da UIRP, a Primeira Chamada de Propostas, anunciada em 2024, foi direcionada a países de baixa e média renda (LMICs) e a Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS). Essa Chamada foi uma resposta à demanda dos países membros por assistência técnica para garantir que seus investimentos estejam alinhados à ambição comum de resiliência climática e a desastres de infraestruturas novas e existentes.

A Primeira Chamada despertou enorme interesse, com propostas de mais de 150 cidades em 23 países membros do CDRI. Dessas, 15 cidades em 4 países encontram-se atualmente em diversos estágios de implementação. Espera-se que os subsídios concedidos pelo IRAF gerem US\$ 160 milhões¹ em novos investimentos em infraestrutura e economizem aproximadamente US\$ 90 milhões em custos de operação e manutenção.

Esta Chamada Limitada de Propostas convida cidades de todo o Brasil a apresentarem propostas. Detalhes sobre as organizações elegíveis e o escopo setorial e temático são fornecidos na seção 2.

¹ Salvo indicação em contrário, todos os valores precedidos pelo símbolo “\$” estão expressos em dólares americanos.

Quadro 1: Brasil – Tendências Climáticas 2024–2026

As cidades brasileiras estão cada vez mais expostas a riscos climáticos extremos e cumulativos. Entre 2024 e 2026, inundações, ondas de calor e secas sem precedentes causaram perturbações generalizadas nas cidades e em seus sistemas de infraestrutura essenciais.

As principais tendências climáticas nos últimos dois anos incluem:

- Intensificação dos efeitos da ilha de calor urbana nas megacidades de todo o país;
- A dupla exposição ao calor extremo e às inundações no mesmo ano; e
- Chuvas intensas e inundações recorrentes, agravadas pela drenagem urbana inadequada, especialmente no Sul e no Sudeste do Brasil.

Em abril de 2024, o Rio Grande do Sul sofreu as inundações mais graves das últimas décadas, afetando quase 400 cidades e prejudicando os transportes, o abastecimento de água, a energia e os serviços essenciais. Mais recentemente, as inundações de 2026 em Juiz de Fora demonstraram como os danos aos sistemas de mobilidade urbana podem causar impactos em cascata em todos os setores de infraestrutura e resultar em interrupções na cadeia de suprimentos.

Ao mesmo tempo, as cidades brasileiras também estão passando por um rápido aquecimento. Nos últimos cinco anos, as temperaturas médias aumentaram aproximadamente 1–1,5 °C, intensificando o estresse térmico nas áreas urbanas. Em fevereiro de 2025, o Rio de Janeiro registrou temperaturas de 44 °C — as mais altas da década —, o que levou ao fechamento de escolas e aumentou a pressão sobre os serviços urbanos. Isso foi seguido por condições de seca em todo o Rio Grande do Sul e na Bacia Amazônica, sobrecarregando ainda mais os sistemas de abastecimento de água e de energia.

Esses eventos climáticos ressaltam a necessidade urgente de soluções integradas e baseadas em sistemas para fortalecer a resiliência urbana.

Com os próximos investimentos em infraestrutura no Brasil projetados em cerca de [US\\$ 54 bilhões até 2030](#), incorporar a resiliência em seu projeto e execução oferece a oportunidade de garantir a resiliência em vez do risco. O desenvolvimento de infraestrutura resiliente ajudará a evitar a perda de ativos, reduzir gastos com reparos e minimizar a interrupção de serviços essenciais. Além disso, apoiará o crescimento econômico e o desenvolvimento social por meio do aumento da resiliência dos serviços e da redução das emissões de carbono, resultando em maior biodiversidade e ar e água mais limpos.

2. UIRP – Chamada limitada de propostas para o Brasil

2.1 Objetivos

Esta Chamada de Propostas visa apoiar cidades no Brasil na aplicação de dados, ferramentas e conhecimentos que possam levar a um melhor projeto, operação e manutenção da infraestrutura, bem como mobilizar mais assistência técnica sob medida.

Esta Chamada de Propostas tem os seguintes objetivos:

1. Ampliar o acesso e a aplicação de dados, ferramentas e conhecimentos por parte dos Órgãos Locais Urbanos (OLUs), levando a um melhor projeto, operação e manutenção da infraestrutura.
2. Aumentar o acesso ao financiamento de infraestrutura por meio de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), bancos de investimento e instituições financeiras.

Princípios Transversais

Todas as propostas apresentadas no âmbito desta Chamada de Propostas devem:

- Integrar considerações sobre igualdade de gênero, deficiência e inclusão social (GEDSI) em toda a concepção e implementação do projeto;
- Demonstrar um envolvimento significativo das partes interessadas, incluindo a consulta a populações vulneráveis e em situação de risco, quando relevante;
- Contribuir para o fortalecimento da resiliência dos sistemas de infraestrutura às mudanças climáticas e aos desastres;
- Promover a sustentabilidade, a escalabilidade e a replicabilidade dos resultados do projeto; e
- Cumprir os requisitos ambientais, sociais, fiduciários e de proteção aplicáveis.

Os resultados esperados dos projetos financiados no âmbito desta Chamada de Propostas são:

Resultado 1: Planejamento e desenvolvimento de infraestrutura com base na avaliação de riscos

Os órgãos municipais utilizam dados e ferramentas para orientar o desenvolvimento de infraestrutura, incluindo soluções sustentáveis nas infraestruturas existentes e nas novas.

Resultado 2: Integração da resiliência nas operações e manutenção de infraestruturas

As cidades gerenciam e operam sistemas de infraestrutura durante eventos climáticos extremos e estão preparadas para uma recuperação resiliente.

Resultado 3: Aumento dos recursos financeiros

As cidades obtêm financiamento de instituições financeiras/bancos multilaterais de desenvolvimento e têm acesso ao orçamento nacional.

Resultado 4: Maior conscientização e capacitação

Profissionais recebem treinamento em resiliência da infraestrutura urbana para orientar e influenciar projetos, programas e investimentos.

2.2 Critérios para as propostas

2.2.1 Escopo: País, riscos e setores

A Chamada de Propostas está aberta exclusivamente a cidades no Brasil. O objetivo é oferecer apoio na construção de resiliência contra temperaturas extremas e desafios hídricos (inundações, secas, escassez de água e segurança hídrica), que se destacaram nas consultas como as principais ameaças enfrentadas pelas cidades. As propostas podem ser para uma única cidade ou para várias cidades no Brasil.

As propostas de projeto no âmbito desta Chamada de Propostas devem estar alinhadas a um ou mais dos seguintes setores de infraestrutura:

- **Energia:** Sistemas de distribuição, projeto de subestações, etc.
- **Infraestrutura social:** hospitais e escolas
- **Transporte:** ônibus, ferrovias, metrô, transporte adaptado, etc.
- **Água:** Abastecimento de água, saneamento, estações de tratamento de água, drenagem de águas pluviais, canais, lagos, rios, etc.



Figura 1: Escopo: Geografia, Riscos e Setores

2.2.2 Critérios gerais

As propostas devem estar alinhadas com a visão e a missão do CDRI e contribuir substancialmente para os objetivos e resultados do UIRP, atendendo aos critérios gerais da Chamada de Propostas:

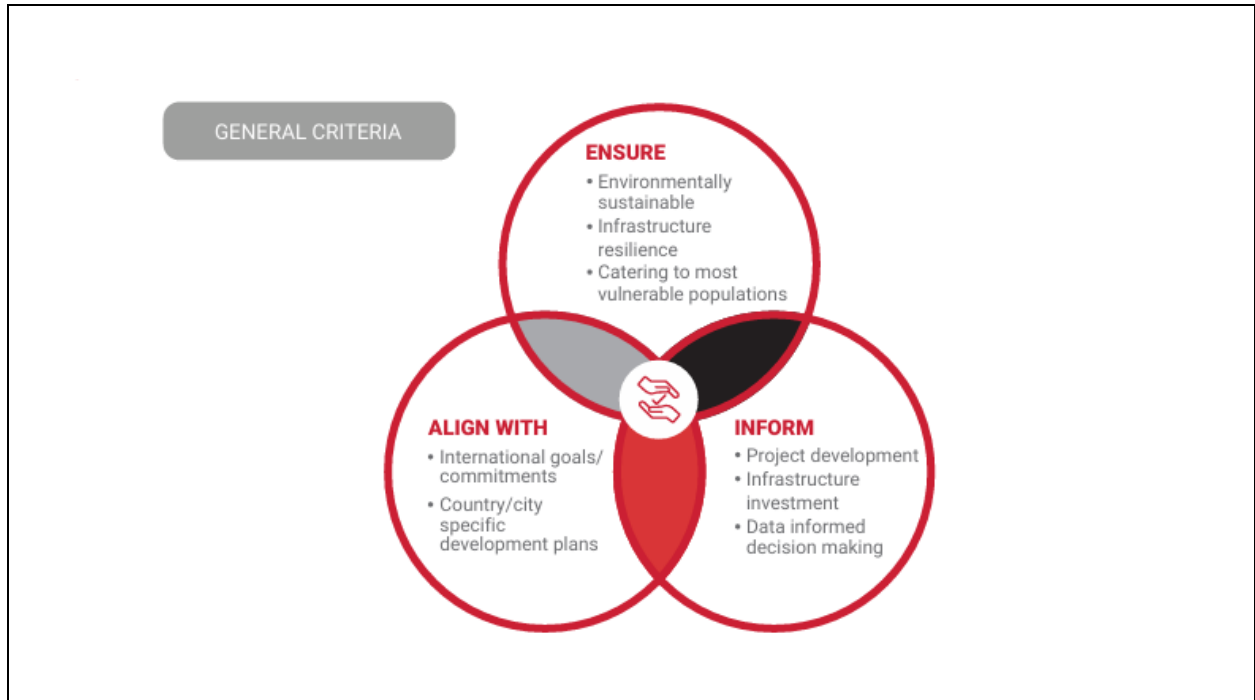


Figura 2: Critérios gerais

2.2.3 Critérios temáticos

A Chamada de Propostas (CfP) apoiará o desenvolvimento de projetos voltados para o planejamento baseado em riscos, dados para a tomada de decisões, recuperação resiliente e estratégias de investimento em adaptação climática, incluindo a integração de soluções de infraestrutura baseadas na natureza.

As propostas de projetos podem se concentrar na lista indicativa de intervenções apresentada a seguir. Essa lista não deve ser considerada exaustiva; outras intervenções também podem ser consideradas. Outras propostas de projetos inovadores também podem ser apresentadas, desde que estejam alinhadas aos temas e resultados do UIRP.

Tema 1: Apoio ao desenvolvimento de projetos para o projeto e planejamento de infraestrutura urbana com base no risco

Dado o contexto atual de variabilidade climática e as oportunidades de investimento em infraestrutura nos países de baixa e média renda (LMICs), é imperativo projetar e integrar informações sobre riscos de desastres nos planos, projetos e programas de desenvolvimento urbano das cidades. As propostas podem se concentrar no aumento da resiliência da infraestrutura urbana por meio da incorporação de informações sobre riscos climáticos e resiliência a desastres em várias etapas do planejamento e desenvolvimento urbano.

Possíveis intervenções:

- Desenvolver e integrar informações sobre riscos climáticos e de desastres no desenvolvimento urbano nacional e local, nos planos diretores, na análise de adequação do solo e nos regulamentos e códigos de construção das cidades, com foco na infraestrutura pública e social;
- Integrar a resiliência climática e a resiliência a desastres nos documentos de planejamento, contratos e licitações de projetos de infraestrutura urbana;
- Incluir a resiliência aos riscos climáticos e de desastres em relatórios de viabilidade de projetos, relatórios de investimento, desenvolvimento abrangente de projetos, relatórios detalhados de projetos e relatórios de avaliação para projetos planejados nos quais haja fundos disponíveis para implementação;
- Projetar, desenvolver e implementar a governança da infraestrutura, incluindo mecanismos de monitoramento e avaliação para melhorar a resiliência e a qualidade dos investimentos planejados em infraestrutura; e
- Avaliação de viabilidade para o planejamento de investimentos, a fim de catalisar o financiamento para o desenvolvimento de infraestrutura urbana com base no risco.

Tema 2: Dados para a tomada de decisões, incluindo sistemas de alerta precoce baseados em impacto

O acesso a plataformas de dados auxiliará as cidades na coleta de informações, na visualização geoespacial e na interpretação dessas informações para a adoção de medidas concretas. A avaliação de riscos com base em dados urbanos regionais e granulares fornece insights essenciais para incorporar a resiliência no projeto e no planejamento da infraestrutura urbana. As propostas podem se concentrar na tomada de decisões informadas, fortalecendo o acesso a informações sobre riscos climáticos e aprimorando as capacidades de análise de dados espaciais. Além disso, este tema enfatiza o papel dos sistemas de alerta precoce para aumentar a segurança e a resiliência diante de ameaças emergentes.

Possíveis intervenções:

- Desenvolvimento de informações sobre perigos, vulnerabilidades e riscos, e concepção de opções de adaptação/mitigação para projetos de infraestrutura urbana em andamento;
- Avaliação do desempenho de sistemas urbanos de alerta precoce para aprimorar o monitoramento de dados para a gestão de riscos climáticos e desenvolver alertas e avisos baseados em impacto para setores de infraestrutura crítica;
- Desenvolvimento de estratégias de coleta e gestão de dados para integrar informações de alerta precoce, meteorológicas e climáticas, a fim de orientar as operações e a gestão da infraestrutura urbana;
- Concepção e implementação de sistemas de dados em nível municipal para monitorar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade da prestação de serviços de infraestrutura para comunidades e grupos vulneráveis; e
- Incorporar as normas ISO para a resiliência da infraestrutura urbana, estabelecendo processos para sistemas de coleta e gestão de dados em cidades onde já estejam em andamento iniciativas de dados dos governos locais.

Observe que todas as propostas sob este tema devem incluir atividades e resultados claros para a aplicação de sistemas de dados e alerta precoce em setores de infraestrutura crítica.

Tema 3: Apoio à recuperação resiliente

A avaliação dos dados existentes sobre infraestrutura urbana, bancos de dados de danos e perdas e das necessidades de recuperação socioeconômica é crucial para uma reconstrução baseada no risco. Em cidades onde há recursos disponíveis para a implementação d , garantir a qualidade da infraestrutura e aprimorar as capacidades dos profissionais urbanos pode desempenhar um papel vital na construção da resiliência sistêmica. As propostas poderiam se concentrar no apoio à recuperação resiliente de sistemas de infraestrutura urbana em cenários pós-desastre. Além disso, este tema enfatiza a necessidade de revisão e atualização dos códigos de construção e regulamentos municipais para proteção contra futuros cenários climáticos.

Possíveis intervenções:

- Desenvolver estratégias de recuperação e reconstrução para sistemas de infraestrutura urbana;
- Opções de adaptação de sistemas de infraestrutura urbana para proteção contra extremos climáticos futuros (onde houver recursos disponíveis para implementação);
- Realização de análises e revisões dos regulamentos e códigos de construção das cidades para proteção contra extremos climáticos futuros;
- Desenvolver estratégias de financiamento para esforços de recuperação e reconstrução pós-desastre para entidades urbanas; e
- Fortalecer as capacidades dos gestores de infraestrutura para possibilitar o planejamento de recuperação com base na avaliação de riscos.

Observe que, embora o CDRI ofereça apoio para Avaliações de Necessidades Pós-Desastre, esta chamada de propostas específica não apoiará tais atividades.

Tema 4: Infraestrutura resiliente e estratégias de investimento em adaptação climática, incluindo soluções de infraestrutura baseadas na natureza

Dados os benefícios multifacetados que as soluções de infraestrutura baseadas na natureza oferecem às cidades — incluindo defesa contra inundações, mitigação do calor extremo e gestão do escoamento de águas pluviais —, é fundamental incorporá-las aos projetos e investimentos em infraestrutura. No entanto, desafios operacionais e de gestão têm limitado sua adoção generalizada. As propostas podem se concentrar na promoção de infraestrutura resiliente e de estratégias de investimento em adaptação climática em projetos de infraestrutura pública. Além disso, este tema enfatiza o uso e a aplicação de ferramentas, bem como a concepção e a implementação piloto de mecanismos de financiamento.

Possíveis intervenções:

- Desenvolver diretrizes para a integração e implementação de soluções de infraestrutura baseadas na natureza em projetos e programas urbanos planejados;
- Implementar mecanismos de monitoramento, avaliação e governança para melhorar a qualidade dos investimentos em infraestrutura urbana no âmbito de iniciativas planejadas ou projetos em andamento;

- Promover o desenvolvimento e o uso de ferramentas e aplicativos de código aberto para avaliação de riscos e identificação de opções de resiliência no âmbito do planejamento urbano e do desenvolvimento de infraestrutura;
- Apoio técnico na concepção e testagem de mecanismos de financiamento, tais como reforço de crédito, financiamento misto e títulos municipais/verdes, para alavancar capital dos setores público e privado com o objetivo de promover a resiliência e a adaptação climática no âmbito dos investimentos em infraestrutura; e
- Conceber seguros paramétricos para serviços urbanos (desde que haja recursos disponíveis para a implementação, uma vez que esta subvenção não pode ser utilizada para cobrir pagamentos de sinistros).

2.3 Valor e duração do financiamento:

Está disponível para esta Chamada uma subvenção de, no máximo, quatrocentos mil dólares americanos (US\$ 400.000).

A duração dos projetos financiados deve variar de 12 a 24 meses, contados a partir da concessão até a implementação.

Proposta para uma única cidade: As propostas apresentadas pela(s) organização(ões) participante(s) (doravante referida(s) como “²”) devem ser endossadas pelo governo municipal/governo nacional competente. O candidato, juntamente com a organização parceira de implementação³ (se houver), deve ter experiência comprovada no tema/setor específico e capacidade técnica e institucional adequada para implementar o projeto.

Proposta para várias cidades: Pode ser apresentada uma proposta conjunta para fornecer apoio técnico a várias cidades no Brasil que esteja alinhada com o tema/setor. Uma proposta para várias cidades deve ser endossada pelos Municípios envolvidos ou pelo governo estadual/nacional, que será o destinatário da assistência técnica.

Será dada preferência a propostas em que o apoio técnico tenha potencial para orientar a carteira de projetos de infraestrutura ou os planos de investimento em cidades onde já haja recursos disponíveis para a implementação. No entanto, o cofinanciamento não é obrigatório.

2.4 Processo de inscrição

A inscrição, preenchida no formulário prescrito e acompanhada de todos os anexos⁴, deve ser enviada em inglês, on-line, por meio do portal do CDRI. Nenhuma outra forma de envio será considerada válida.

- 1) Inscrição no formato prescrito
- 2) Resumo e detalhes do orçamento

² “Organizações Participantes” são organizações designadas que se tornaram beneficiárias principais do Fundo. Elas são referidas como “Candidatas” no processo/nas etapas de candidatura.

³ “Parceiros de Execução” são entidades designadas que seriam subcontratadas pelas Organizações Participantes para entregar resultados específicos na qualidade de subbeneficiários. No processo/nas etapas de candidatura, são referidos como “Parceiro(s) / Organização(ões) Parceira(s)”.

⁴ Os modelos estão disponíveis no site do CDRI.

- 3) Plano de trabalho
- 4) Currículo dos principais profissionais da organização candidata
- 5) Carta de apoio
- 6) Apresentação geral no modelo fornecido
- 7) Plano de aquisições (caso o valor das aquisições seja superior a US\$ 100.000)
- 8) Relatório de microavaliação da Abordagem Harmonizada para Transferência de Recursos em Dinheiro (HACT), realizado nos últimos cinco anos para organizações não pertencentes à ONU
- 9) Avaliação sobre Prevenção da Exploração, Abuso e Assédio Sexuais (PSEAH) realizada nos últimos cinco anos para organizações não pertencentes à ONU

2.5 Elegibilidade do candidato

Uma única organização ou um consórcio de organizações é elegível para se candidatar à Chamada de Propostas. No entanto, cada proposta de projeto deve selecionar e identificar um candidato para fins de transações financeiras e compromissos contratuais.

São aceitas propostas de organizações da ONU e de organizações não pertencentes à ONU, no formato prescrito. Para serem consideradas elegíveis para esta Chamada de Propostas, as organizações precisam atender aos seguintes critérios:

- O candidato deve estar legalmente registrado como organização local/nacional/regional/internacional no Brasil ou ter um parceiro local devidamente registrado como parte do consórcio que solicita os recursos;
- O candidato deve ter experiência significativa na implementação de projetos de infraestrutura resiliente às mudanças climáticas e a desastres no Brasil ou em regiões geográficas semelhantes;
- O candidato deve ter demonstrado capacidade para implementar projetos de escala e magnitude semelhantes;
- Os candidatos que não sejam organizações da ONU devem ter sido aprovados na microavaliação HACT e na avaliação PSEAH nos últimos cinco anos; e
- As propostas podem ser apresentadas por uma única organização ou por um consórcio com um candidato principal.

Os seguintes procedimentos do Fundo de Apoio à Resiliência () serão aplicáveis aos candidatos selecionados:

- As organizações da ONU deverão assinar o Memorando de Entendimento do Fundo.
- As organizações não pertencentes à ONU deverão ser credenciadas com base nas modalidades do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (UNSDG) para aprovação de organizações não pertencentes à ONU e assinar os acordos-quadro e de financiamento.

Por meio da atual Chamada de Propostas (CfP) do Brasil, o CDRI continuará a apoiar propostas baseadas nos princípios orientadores da UIRP. A CfP enfatiza o fortalecimento de parcerias e redes para garantir a sustentabilidade da infraestrutura urbana no futuro; a criação de sinergias com outras iniciativas municipais e nacionais; e o foco na inclusão de gênero, em países vulneráveis e em populações vulneráveis.

2.6 Exclusões:

Esta Chamada de Propostas não apoiará:

- Construção, reforma, operação e manutenção de ativos de infraestrutura física;
- A aquisição de bens, ferramentas e ativos físicos como objetivo principal; e
- Avaliações de necessidades pós-desastre.

2.7 Governança e Supervisão

Os projetos financiados no âmbito desta Chamada de Propostas serão implementados de acordo com a estrutura de governança do Fundo Acelerador de Resiliência de Infraestrutura (IRAF).

O Parceiro de Implementação selecionado celebrará os acordos jurídicos necessários com o Escritório do Fundo Fiduciário Multiparticipativo da ONU (UN-MPTFO) e será responsável pela implementação do projeto, gestão financeira, elaboração de relatórios, monitoramento, aquisições e conformidade com os requisitos aplicáveis do IRAF.

A supervisão técnica será realizada pelo Secretariado do CDRI por meio do UIRP. O andamento e os resultados serão relatados ao Comitê Diretor Urbano e ao Comitê de Gestão do Fundo Fiduciário do IRAF, conforme apropriado.

2.8 Cronograma

O prazo para a apresentação de propostas é **4 de agosto de 2026, às 23h59 IST**. As propostas enviadas após esse prazo não serão consideradas.

2.9 Monitoramento e Avaliação

O objetivo desta Chamada de Propostas é implementar soluções replicáveis e escaláveis para aumentar a resiliência da infraestrutura no Brasil. Conseqüentemente, espera-se que os candidatos prestem contas de forma transparente sobre as atividades do projeto e se comprometam com a cultura de aprendizagem do UIRP.

- **Relatórios de resultados:** Espera-se que as agências executoras definam indicadores específicos para monitorar o impacto do apoio da UIRP em suas propostas e forneçam dados de linha de base e resultados finais para demonstrar resultados positivos;
- **Relatórios de progresso:** as agências executoras apresentarão relatórios narrativos e financeiros trimestrais de progresso, com base no plano de trabalho aprovado e no quadro de resultados. Os requisitos de prestação de contas serão especificados no contrato de financiamento;
- **Avaliação final e relatório final:** Ao término do projeto, o parceiro executor apresentará um relatório narrativo final, um relatório financeiro e uma avaliação de conclusão do projeto, documentando os resultados alcançados, as lições aprendidas, as medidas de sustentabilidade e as recomendações para replicação e ampliação;
- **Gestão do conhecimento e aprendizagem:** As agências executoras devem documentar o processo de implementação do projeto e os aprendizados. Os parceiros de

implementação participarão e farão apresentações em sessões de compartilhamento de conhecimento organizadas pelo CDRI ou por seus parceiros; e

- **Acesso aos resultados do projeto:** As agências executoras deverão compartilhar e fornecer acesso a todos os resultados do projeto. Os resultados do projeto incluem, entre outros, todos os estudos, rascunhos, documentação, informações, ilustrações, desenhos, cálculos, projetos, arquivos de imagem, dados brutos, dados processados, dados analisados e quaisquer outros materiais produzidos ou adquiridos para a implementação e do projeto. Os resultados do projeto devem ser fornecidos no formato apropriado de dados abertos.

Mais detalhes sobre os requisitos de implementação, monitoramento e avaliação do projeto serão compartilhados com os parceiros de implementação dos candidatos selecionados.

2.10 Critérios de seleção

2.10.1 Requisitos essenciais:

O candidato deve, idealmente, ter presença na(s) cidade(s) proposta(s) ou, caso contrário, no Brasil, e deve contar com o apoio da prefeitura competente, do governo federal ou da respectiva agência de gestão de infraestrutura.

O candidato, juntamente com a(s) organização(ões) parceira(s) de implementação, deve ter experiência comprovada no tema/setor específico e capacidade técnica e institucional adequada para implementar o projeto.

Documentos a serem apresentados (os candidatos que não atenderem aos critérios não serão considerados):

- Uma carta de apoio ao candidato por parte do responsável do governo municipal competente e/ou da respectiva agência de gestão de infraestrutura. Em propostas de projetos envolvendo várias cidades, é necessário o endosso por parte de órgãos governamentais de todas as unidades do governo local (ULBs) envolvidas, onde a assistência técnica será prestada.⁵
- Perfil da organização e detalhes da experiência setorial.

2.10.2 Critérios de avaliação:

As propostas de projeto serão avaliadas com base nos seguintes critérios:

N.º	Critério	Ponderação (%)
A	Capacidade organizacional e elegibilidade	10
B	Abordagem técnica e metodologia	40
C	Resultados esperados e impacto (incluindo alinhamento com os indicadores de resultados do UIRP)	15
D	Plano de implementação	10
E	Sustentabilidade e Integração (GEDSI)	15
F	Alinhamento com as prioridades nacionais e municipais e com os compromissos internacionais	10

⁵ Os modelos para a carta de apoio e o perfil da organização estão disponíveis no site do CDRI

A. Capacidade organizacional e elegibilidade (10%) O candidato e a organização parceira de execução devem ter experiência comprovada no tema ou setor específico do projeto proposto e demonstrar capacidade adequada de execução no Brasil, de preferência na cidade ou cidades propostas. A avaliação levará em consideração:

- Mandato e missão da organização;
- Experiência em resiliência de infraestrutura urbana, adaptação climática e redução de desastres;
- Experiência na implementação de projetos semelhantes no Brasil ou em contextos comparáveis;
- Presença e capacidade operacional na área geográfica proposta;
- Qualificações e experiência do pessoal-chave; e
- Conformidade com os requisitos de elegibilidade, incluindo as avaliações HACT e PSEAH.

B. Abordagem Técnica e Metodologia (40%) A proposta deve demonstrar uma compreensão sólida dos desafios de resiliência urbana que estão sendo abordados e apresentar uma metodologia tecnicamente robusta. A avaliação levará em consideração:

- Análise e justificativa do problema;
- Qualidade técnica e viabilidade da intervenção proposta;
- Aplicação de dados, ferramentas, informações sobre riscos e abordagens baseadas em evidências;
- Inovação e relevância para o(s) tema(s) selecionado(s);
- Adequação da metodologia às condições locais; e
- Potencial de replicação e ampliação.

C. Resultados e impacto esperados (incluindo alinhamento com os resultados do UIRP) (15%) A proposta deve indicar os impactos esperados do projeto (diretos e indiretos), em consonância com o UIRP e os objetivos propostos para o projeto. A avaliação levará em consideração:

- Clareza e realismo dos resultados e produtos esperados;
- Contribuição para os objetivos do UIRP e os resultados esperados;
- Influência potencial no planejamento, investimento, operação ou políticas de infraestrutura;
- Benefícios comprovados em termos de resiliência; e
- Potencial para gerar um impacto sistêmico mais amplo.

D. Plano de Implementação (10%) Devem ser indicados o tempo e os recursos adequados para cada atividade, levando em conta os riscos e atrasos previstos. A avaliação levará em consideração:

- Qualidade e realismo do plano de trabalho;
- Disposições de gestão do projeto;
- Funções e responsabilidades dos parceiros;
- Identificação de riscos e medidas de mitigação; e
- Disposições de monitoramento e prestação de contas.

E. Sustentabilidade e integração (GEDSI) (15%): A proposta deve descrever como garantirá a apropriação municipal, a adoção dos resultados e produtos do projeto, bem como um impacto duradouro após a conclusão do projeto. Deve também demonstrar uma integração significativa das considerações da GEDSI ao longo de todo o ciclo do projeto, incluindo concepção, implementação, monitoramento e encerramento. A avaliação levará em consideração:

- Apoio institucional e comprometimento das partes interessadas;
- Potencial de continuidade após o término do período de financiamento;
- Integração em planos, políticas, programas ou investimentos existentes;
- Potencial para atrair financiamento adicional;
- Escalabilidade e replicabilidade dos resultados do projeto;
- Identificação das vulnerabilidades e necessidades específicas de diferentes grupos;
- Inclusão de mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis;
- Abordagens de engajamento e participação das partes interessadas; e
- Medidas para garantir o acesso equitativo aos benefícios e resultados do projeto.

F. Alinhamento com as prioridades nacionais e municipais e com os compromissos internacionais (10%) A proposta deve identificar como contribuirá para os compromissos nacionais/internacionais, os marcos globais, as prioridades regionais e nacionais e as iniciativas em nível municipal para o fortalecimento da resiliência da infraestrutura. A avaliação levará em consideração:

- Alinhamento com as prioridades e planos de desenvolvimento municipal existentes ou propostos;
- Alinhamento com estratégias, programas, projetos ou iniciativas nacionais existentes ou propostas nas áreas de clima, resiliência e infraestrutura;
- Coerência com os objetivos da UIRP e as prioridades do CDRI; e
- Contribuição para objetivos mais amplos de resiliência e desenvolvimento sustentável.
